

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, TAMBÉM CHAMADO PROF. JOSÉ ALOÍSIO ARAGÃO

Fábio Luiz da Silva*

Resumo

Este texto tem como objetivo traçar um breve histórico do Colégio de Aplicação (Capl) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que, devido a particularidades de sua constituição legal, também se chama Colégio Estadual Prof. José Aloísio Aragão. O relato destaca a importância, justamente, da iniciativa desse professor que, na década de 60, foi o idealizador dessa instituição. A criação do Capl da UEL, como dos seus similares, esteve vinculada às reformas na educação dos anos 40 e que representavam, pelo menos parcialmente, os ideais da Escola Nova. Hoje, este colégio tem procurado redefinir sua identidade, comprometida pela paulatina diminuição do seu capital simbólico.

Palavras-chave: Colégio de Aplicação. José Aloísio Aragão. Universidade Estadual de Londrina.

Quer ficar sabidão! Entre no Aplicação¹

Em junho de 1960², por meio de um decreto de poucas linhas, o então governador do Paraná, Moisés Lupion, criava o Ginásio Estadual de Aplicação. Tal medida colocava em prática o disposto no decreto federal 9053, de 1946, que obrigava as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras possuírem escolas onde os futuros professores pudessem realizar seus estágios.

A criação de um Colégio de Aplicação, no entanto, não pode ser explicada pelo simples cumprimento de uma determinação legal. Para compreendermos melhor os fatores que levaram ao estabelecimento do Ginásio de Aplicação (hoje, órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina), é necessário retornar aos conturbados anos 20.

A prosperidade e o otimismo da economia norte-americana dos anos iniciais da década

*Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor da Universidade Norte do Paraná e do Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina.

¹Parte de uma homenagem dos alunos da turma 3ª série A ao Colégio de Aplicação pelo seu aniversário em 1996.

²Decreto 30178 de 20 de junho de 1960.

de 20 foram colados à prova depois do “crash” de 1929. A crise econômica rapidamente alastrou-se pelo mundo, chegando em pouco tempo ao Brasil, sendo um dos fatores que levaram às modificações na estrutura social e econômica brasileira. Enquanto a chamada Revolução de 30 pode ser entendida como representação política desses acontecimentos, o crescimento de uma camada média e urbana pode ser vista como exemplo das modificações sociais em andamento. Na esfera econômica, podemos indicar que o modelo produtivo do país, que até então era quase totalmente agrário, passava a ser cada vez mais industrial.

Até os anos 30, em uma sociedade plenamente baseada na agricultura, a necessidade de instrução não era sentida pela maioria da população, tampouco pelos governantes – em geral oriundos das oligarquias agrárias. Mas a situação alterou-se depois da década de 30, quando as modificações na sociedade brasileira geraram novas aspirações sociais que somente poderiam ser atendidas com transformações no sistema educacional (FRANGELLA, s/d).

Com um novo modelo econômico em implantação e uma nova ordem política estabelecida no país a partir da década de 30, o Estado passou a adotar a postura de oferecer à população a instrução necessária para um Brasil cada vez mais urbano e industrializado. Um bom exemplo disso foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. Como consequência desse processo, o sistema de ensino proporcionou – mesmo que de forma limitada – oportunidade de mobilidade social via educação.

Cedendo às influências de todo aquele movimento de renovação da educação e do ensino, que, como vimos, desde a década de 20, levava várias das Unidades Federadas a empreender reformas nesse setor, o Governo Revolucionário, pelo Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, cria o Ministério da Educação e Saúde, antiga reivindicação dos educadores brasileiros. Para ministro foi nomeado Francisco Campos, elemento ligado às idéias e às realizações do movimento de modernização do ensino [...] (LEMME, 2005, p. 170)

Em 1931, foi aprovada uma legislação³ para o ensino superior no Brasil que previa que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras fossem, além de lugar de pesquisa, instrumentos para a formação de professores para os níveis inferiores do sistema educacional.

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da colectividade, pela harmonia de objetivos entre

³ Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931

professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931)

Ainda durante o governo de Getúlio Vargas, dentro do processo de centralização e regulamentação do sistema de educação no Brasil, publicou-se o Decreto-Lei 4244/1942, que nada mais era que a Lei Orgânica do Ensino Secundário. É nesse contexto que se deve compreender a criação dos ginásios de aplicação a partir do Decreto-Lei 9053 de 1946. A lei passou a obrigar as Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras a possuírem um ginásio de aplicação destinado à prática docente de seus alunos. Em geral, esses estabelecimentos deveriam seguir a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mas com algumas diferenças como, por exemplo, a limitação de alunos por turma – que nos ginásios de aplicação seriam, no máximo, 30 alunos.

[...] a natureza dos vínculos entre as instituições de ensino superior e suas escolas médias foi muito variável, bem como a estrutura proposta. O traço comum dessas escolas foi a sua abertura aos licenciandos, para observação, co-participação e regência de algumas aulas: essa era a idéia central contida na denominação do estabelecimento. Ao praticarem, em suas classes, o saber adquirido na Faculdade, os alunos-mestres estariam aplicando as teorias pedagógicas à realidade escolar. (BRASIL, 1993, p. 11)

Como já sugerimos anteriormente, inicia-se um rápido processo de urbanização que ocorreu simultaneamente a um intenso crescimento populacional. Para que se tenha uma ideia, basta considerar que nos anos 60 foram agregados aproximadamente 50 milhões de habitantes no país, quase o mesmo número de pessoas que viviam no Brasil inteiro em 1950 (MOURA, 2004). O país se modernizava e o sistema educacional deveria acompanhar as novidades econômicas e sociais.

O Colégio de Aplicação vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, tinha seu projeto pedagógico fundamentado nos princípios da Escola Nova. Essa tendência opunha-se ao que se chamava “escola tradicional” e defendia um sistema de ensino que fosse acessível a todos os cidadãos sem distinção de classe social. Aliás, a própria ideia da criação de estabelecimentos para a prática dos estágios está associada à Escola Nova.

[...] a noção de “aprendizado pela prática” (nesse caso, a prática de ensino dos licenciandos) é própria dessa nova filosofia da educação, representando, portanto, mais uma conquista no campo pedagógico. Depois, porque aprofundar a formação dos professores secundários, contanto que fosse sob uma perspectiva escolanovista, consistia em uma estratégia de difusão deste que pretendia ser o novo paradigma em pedagogia. (MAFRA, 2006, p. 20)

O mesmo pode-se dizer do Colégio de Aplicação da Federal de Santa Catarina. Segundo Luciano Junior e Dallabrita (2011), a atuação docente no Colégio de Aplicação da UFSC estava baseada na experimentação pedagógica. Tal característica era inspirada, assim, em princípios da Escola Nova, que defendia o aprendizado por meio da prática. Esta instituição, inclusive, manteve intercâmbio com o Colégio de Aplicação da UFRS, que já possuía propostas pedagógicas inovadoras.

O estado do Paraná também viveu processo semelhante ao resto do país nesse período pós-guerra. Miguel (2011), estudando as alterações ocorridas na educação paranaense por conta da difusão dos ideais da Escola Nova, esclarece sobre a importância dada, na época, à Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores (atual Instituto de Educação, em Curitiba) e que funcionava como um laboratório para as futuras professoras⁴.

Simultaneamente, a reestruturação da economia paranaense gerou intensa migração para diversos centros urbanos. Este fato pode ser facilmente comprovado, pois em 1950 havia pouco mais de dois milhões de habitantes no Paraná, mas já eram quase sete milhões em 1970. Como parte desse processo, centros urbanos também surgiram no interior do estado. No início da década de 50, apenas a capital do estado possuía 50 mil habitantes na área urbana; mas na década de 70, o Estado do Paraná já possuía cinco cidades com população urbana superior a esse número. Surgiram, desta forma, pólos regionais (MOURA, 2004).

Um desses pólos regionais era a cidade de Londrina, que viveu uma espécie de “febre” cultural nos anos 50 e 60. O acúmulo de capital, oriundo das boas safras de café, permitiu o incremento do visível progresso da cidade (GONÇALVES, s/d). Isso explica que importantes construções saíram do papel nesse período. Edifícios que são marcos da arquitetura modernista. O edifício comercial Autolon (em funcionamento ainda hoje), por exemplo, é de 1951; enquanto a Estação Rodoviária (hoje, Museu de Arte), o Cine Teatro Ouro Verde (hoje, pertencente à UEL) e a Casa da Criança (atualmente, Secretaria de Cultura) foram inaugurados no ano seguinte.

Além da arquitetura, a moderna Londrina podia ser percebida também no campo da educação. A evidência mais nítida é o embrião da Universidade Estadual de Londrina, que

⁴ Sobre a questão da feminização do magistério podemos indicar os artigos: BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: **Caderno de Pesquisa**, n. 64, fev. 1988. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n64/n64a01.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2012. E CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (com)formação das identidades profissionais. In: **VI Seminário Redestrado**, UERJ, Rio de Janeiro, 6 a 7 de nov. de 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

também foi concebido no período pós-guerra. As faculdades de Direito, Filosofia e Letras, Odontologia e Medicina foram estabelecidas entre 1946 e 1959. Podemos concluir, assim, que a sociedade londrinense estava plenamente inserida no contexto social e educacional brasileiro.

O Colégio (no começo, chamado Ginásio) de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina também faz parte desse processo de modernização. Mas que, na verdade, nasceu antes mesmo da criação da universidade, instituída apenas em 1970. Outros ginásios já existiam no Brasil, por exemplo, o Colégio de Demonstração ligado à Faculdade Nacional de Filosofia, fundado em 1948. Hoje, há diversas escolas com as características “de aplicação”, isto é, vinculadas às instituições de ensino superior.

Todos esses colégios de aplicação foram criados com o objetivo de proporcionar um lugar onde os futuros professores pudessem entrar em contato com o cotidiano escolar, preparando-os para a sua atuação profissional. Pensado assim, os colégios de aplicação seriam para as licenciaturas o que um escritório de aplicação é para o curso de Direito ou um hospital universitário para o curso de Medicina. Os colégios de aplicação deveriam ser também um lugar para a pesquisa pedagógica, com o objetivo de trazer contribuições científicas ao processo de ensino e aprendizagem.

Apesar de todo o mérito da proposta inicial, podemos perceber que o lugar dos colégios de aplicação foi sendo questionado e eles foram perdendo sua identidade. Tanto nas instituições de ensino superior quanto no sistema educacional do país.

As Escolas de Aplicação pareciam ser campos convenientes para a experiência de novos modelos de organização e de metodologia didática, o que contribuiu para que se diferenciasssem cada vez mais das escolas comuns. (BRASIL, 1993, p. 11)

Essa diferenciação contribuiu para um distanciamento qualitativo entre os colégios de aplicação e o restante da rede pública e, ao mesmo tempo, permitiu a construção de críticas à sua própria existência. Hoje, as licenciaturas podem realizar os estágios obrigatórios em qualquer estabelecimento de ensino e poucas pesquisas de qualidade são realmente efetivadas nos colégios de aplicação.

No caso do Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina, isto pode ser percebido pela perda de sua importância político-institucional. Na perspectiva de Pierre Bourdieu, isso corresponde à diminuição do capital simbólico do colégio. A demonstração mais evidente disso pode ser facilmente percebida pela paulatina diminuição do espaço físico

a ele destinado: o edifício e o terreno foram sendo ocupados por outros setores da universidade e, até mesmo, pelo DCE que utilizou uma casa onde antes ocorriam aulas de Iniciação às Técnicas de Trabalho. Além dos aspectos físicos, a crise de identidade do Colégio pode ser também confirmada pela estrutura administrativa/pedagógica com “dupla cidadania”, isto é, partilhada entre a UEL e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Vejamos o nascimento dessa desvalorização dos colégios de aplicação. Em 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) foi criado com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61). No ano seguinte, o parecer 292/62 do CFE estabelecia que a prática do ensino deveria ocorrer preferencialmente em escolas da comunidade. Na prática, isso significava o fim da obrigatoriedade da existência dos colégios de aplicação vinculados às instituições de ensino superior (KINPARA, 1997, p.37). A essa altura, porém, o Colégio de Aplicação de Londrina já havia sido criado.

O parecer, a certa altura, diz:

Não se põe em dúvida, com isto, a conveniência de que existam colégios-padrão junto às faculdades onde se formam os professores destinados ao ensino de grau médio. O que se discute é a sua característica de órgãos de aplicação; e o que se pretende, pois, é simplesmente redefini-los como centros de experimentação e demonstração. A Prática de Ensino, esta deve ser feita nas próprias escolas da comunidade, sob a forma de estágios, como os “internatos” dos cursos de Medicina. Só assim poderão os futuros mestres realmente aplicar os conhecimentos adquiridos, dentro das possibilidades e limitações de uma escola real, e ter vivência do ato docente e seu tríplice aspecto de planejamento, execução e verificação. (Parecer 292/62 apud KINPARA, 1997, p. 147)

Nas entrelinhas do parecer, podemos perceber uma crítica ao fato dos colégios de aplicação não representarem a realidade da maioria das escolas brasileiras. Esses colégios seriam privilegiados por estarem dentro de instituições de ensino superior e, portanto, não apresentariam todas as mazelas existentes nas demais escolas brasileiras. Assim, os alunos das licenciaturas seriam mais bem preparados para a docência se fossem às escolas da comunidade. O que significa, é claro, a admissão das precárias condições da educação nacional. Assim, os colégios de aplicação passaram a ser criticados por serem eficientes e possuírem as condições que as outras escolas não têm.

Passados quase 50 anos do parecer 292/62 do CFE, a realidade mostrou como seus argumentos estavam equivocados. Como é costumeiro na história da educação nacional, os discursos parecem democráticos, mas revelam simplesmente o populismo do momento. Então, revestidas de palavras bonitas, as belas propostas acabam por ser inoperantes. O

correto seria, evidentemente, fazer com que todas as escolas da comunidade fossem tão boas quanto os colégios de aplicação. No entanto, optou-se por esvaziar a identidade desses colégios alegando que o ensino ali praticado era elitista. Foi, sem dúvida, a opção pela mediocridade. Vejamos um exemplo dessa posição equivocada nas palavras da professora Dorotéa Cuevas Fracalanza, publicadas em 1985:

“é inadmissível que se escolha um caminho que a priori, se sabe contrariar uma questão educacional fundamental que é a democratização do ensino... Já está suficientemente esclarecido que, nas condições atuais, não se justifica a formação do professor desvinculada da realidade concreta da escola de 1º e 2º graus. Não é possível obter a melhoria do ensino neste nível criando uma escola-padrão de 1º e 2º graus, na qual o futuro professor aprenda o quê e como ensinar, uma vez que tais experiências, dadas as enormes diferenças nas condições materiais e humanas entre essas escolas especiais e as demais existentes na rede oficial de ensino são absolutamente intransferíveis” (apud KINPARA, 1997, p. 47)

As palavras da professora Fracalanza não poderiam ser mais claras e equivocadas. Sua argumentação parte de uma ideia “a priori”, ou seja, sem evidência científica. Ela afirma que as experiências porventura realizadas nos colégios de aplicação não poderiam ser transferidas para outras escolas, mas não apresenta uma evidência para fundamentar essa opinião. Na verdade, se tal raciocínio fosse correto, nenhuma experiência pedagógica poderia ser generalizada. Por trás de tal resistência estavam, porém, as lutas pelo poder dentro da Unicamp, nas quais se envolveram, na época, os colégios técnicos já existentes na universidade, a reitoria e a faculdade de educação (SADALLA FILHO, 2010).

Contrariando a ideia de que os colégios de aplicação sempre foram elitistas, relatos recentes demonstram que foram, por exemplo, locais de formação de alunos críticos e engajados politicamente. No Colégio de Aplicação da UFRJ, na década de 60, por exemplo, havia uma grande proximidade entre alunos e professores, cujas aulas procuravam desenvolver o pensamento e a liberdade de expressão, o que proporcionou um posicionamento crítico durante a ditadura militar (MAFRA, 2006). O mesmo pode-se afirmar do Colégio de Aplicação da USP⁵, onde o

[...] pensamento analíticocrítico das ciências humanas, a divulgação de bibliografia estrangeira, os novos métodos de ensino de literatura e línguas e o estudo conseqüente de posturas epistemológicas foram decisivos para criar

⁵ Não devemos confundir o Colégio de Aplicação com a Escola de Aplicação, ambas as instituições vinculadas à USP. Mas o colégio estava subordinado à Faculdade de Filosofia, enquanto a escola ligava-se à Faculdade de Educação (GORDO, 2010).

uma escola de alto padrão como o CA. Conhecimento criativo, engajado nas mudanças conjunturais, associou-se com práticas didáticas inovadoras: emprego de várias dinâmicas para trabalho em grupo, incentivo de atividades extra-curriculares (música e teatro), coordenação de diferentes disciplinas em torno de uma temática, viagens para estudar in loco uma região (estudo do meio). (JANOTTI, s/d, p. 3)

Com tais características, não é motivo de espanto descobrir que, em certo momento histórico houve um enfrentamento dos alunos com as autoridades. Foi a chamada Crise do Colégio de Aplicação, ocorrida em 1967 e iniciada pela demissão do diretor. Esse fato levou os alunos a realizarem, além de várias assembleias, uma greve e a ocupação do colégio em defesa do ex-diretor. A ocupação do colégio pelos alunos acabou, como era de se esperar naquele contexto, com a invasão da polícia (JANOTTI, s/d).

Os colégios de aplicação, portanto, contrariando muitos discursos, desempenharam importante papel na comunidade e continuaram provando que é possível fazer educação de qualidade no Brasil, apesar de tudo.

O idealizador⁶

O professor José Aloísio Aragão nasceu na pequena cidade de Ipueiras, estado do Ceará. Mesmo agora, possui pouco mais de 35 mil habitantes, conforme o censo de 2010. A cidade foi fundada em 1883 e hoje possui, inclusive, uma escola com o nome do eminente professor. Ele era casado com Maria José Falcão de Aragão, com quem teve quatro filhas.

Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal, mas com 11 anos mudou-se para Fortaleza onde foi seminarista, mas nunca desejou ser padre. Formou-se em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. No início de sua carreira na difícil seara da educação, foi diretor da Escola Normal (hoje Colégio Estadual Justiniano Serpa⁷) e também do Centro Educacional Agapito dos Santos, escola fundada em 1953 pelo famoso professor Lauro de Oliveira Lima⁸. Foi também, orientador pedagógico e diretor do Colégio Lourenço

⁶ Agradeço imensamente às filhas do professor José Aloísio Aragão: Professora Doutora Ana Maria Falcão de Aragão e Professora Doutora Gláucia Maria Falcão de Aragão, pelas correções no texto sobre seu pai.

⁷ O Colégio Estadual Justiniano de Serpa foi fundado em 1881, com o nome de Escola Normal. Em 1925, passou a denominar-se Escola Normal Pedro II. Em 1938, recebeu o nome de Escola Normal Justiniano de Serpa. Em 1947, foi transferido para Instituto de Educação do Ceará. Em 1952, muda de nome novamente para Instituto de Educação Justiniano de Serpa. Em 1960, foram desmembrados o Curso Ginásial e o Curso Colegial, passando a denominar-se Colégio Estadual de Fortaleza. Em 1961, passou a ter atual designação Colégio Estadual Justiniano de Serpa.

⁸ Lauro de Oliveira Lima também era cearense como José Aloísio Aragão. Nasceu em Limoeiro do Norte, em 1921. Formado em direito e filosofia, trabalhou no Ministério da Educação. Foi um dos pioneiros de Piaget no Brasil.

Filho.

No início da década de 60, mudou-se para o Paraná onde ajudou na constituição do Ginásio de Aplicação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Instituição da qual foi diretor. Algum tempo depois se mudou para a novíssima capital federal.

Em 1964, junto com Darcy Ribeiro, foi um dos organizadores do Centro Integrado de Ensino Médio da Universidade de Brasília (CIEM). Inaugurado em maio de 1964, José Aloísio Aragão foi seu primeiro diretor. Tendo sido criado em um contexto de intensa crise política e social, o CIEM não sobreviveu muito tempo, tendo sido fechado em 1971, o que demonstra, mais uma vez o descaso com a educação em nosso país.

Essa passagem por Brasília está intimamente ligada à difusão das ideias de Piaget no Brasil. No início da década de 60, um grupo de professores nordestinos mudou-se para Brasília, ocupando funções no Ministério da Educação e da Cultura. Esses professores compunham, em sua maioria, o chamado “Grupo Capita Plana” (VASCONCELOS, 1996), que era composto por 62 professores cearenses que atuavam na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário⁹ (CADES) (PONTES; MARTINS, 2008).

Alguns desses professores passaram a atuar no CIEM. Além do professor José Aloísio Aragão, podem ser listados Marconi Freire Montezuma¹⁰, Valmir Chagas e o próprio Lauro de Oliveira Lima (VASCONCELOS, 1996).

O CIEM foi um foco muito sólido de Piaget no Distrito Federal. [...] O Prof. Aloísio Aragão era o diretor do CIEM e os outros funcionavam como uma espécie de coordenadores pedagógicos [...]. Esse grupo exerceu, de fato, uma influência muito grande em Brasília, pois seus integrantes davam cursos para muitos professores da rede pública. Eles vinham de uma larga experiência dos cursos que davam lá no Ceará. Valmir Chagas, por exemplo, [...] fez aquele famoso Parecer/853 sobre a doutrina da Lei 5692. Aquele parecer é todo piagetiano [...] (EMERENCIANO apud VASCONCELOS, 1996, p. 239)

No final da década de 60, o professor José Aloísio Aragão mudou-se para Rio Claro onde organizou mais um colégio de aplicação, do qual foi diretor de 1969 a 1971. O Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Rio Claro funcionou apenas de 1969 a 1972.

Em 1970, doutorou-se em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas - SP,

⁹ Segundo Backes e Gaertne (2007), a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) foi criada no segundo governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953.

¹⁰ Fundador e primeiro diretor (1972-1976) da Faculdade de Educação da Unicamp, no início da década de 70.

sendo aprovado com grau máximo. Segundo Eduardo O. C. Chaves¹¹ (1997), o primeiro diretor da Faculdade de Educação da Unicamp deveria ter sido o Professor José Aloísio Aragão que, inclusive, foi o responsável por todo o projeto da Faculdade de Educação. Com o seu falecimento, no entanto, o professor Montezuma foi escolhido pelo reitor da época, prof. Zeferino Vaz. O professor Aragão tinha inclusive um irmão, Francisco Alcilone Aragão, que exercia função administrativa na instituição e que, em 1962, fora professor de Português no Colégio de Aplicação em Londrina.

O professor José Aloísio Aragão estava voltando, em janeiro de 1972, à Londrina para um curso sobre didática do ensino superior. Mas, no domingo, dia 16, faleceu em acidente de automóvel¹² na estrada, próximo à cidade de Bauru. Apesar da importância de José Aloísio, esse fato mereceu apenas umas poucas palavras no jornal Folha de Londrina da terça feira seguinte:

Foi suspenso o Curso de Didática Geral do Ensino Superior, que seria iniciado ontem, numa promoção do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ocorre que o prof. José Luiz de Aragão, que lecionaria o curso faleceu domingo, em acidente automobilístico ocorrido nas proximidades de Bauru, quando se dirigia a Maringá. Segundo informações não confirmadas, no momento do acidente o veículo era dirigido pela esposa do professor que está hospitalizada. (FOLHA DE LONDRINA, 1972, p. 10)

Pouquíssimas linhas, nenhuma referência às inúmeras realizações do professor e seu nome escrito errado. Com toda certeza ele merecia mais que isto.

O Colégio de Aplicação¹³

Na noite de 4 de maio de 1960, reuniu-se a Congregação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. A convocação extraordinária destinava-se à discussão da criação ou não de dois novos cursos: Didática e Pedagogia. O primeiro deveria atender à complementação de estudos dos bacharéis de diversos cursos. O curso de Pedagogia, por sua vez, atenderia a grande demanda existente em Londrina e região, em especial às professoras normalistas. Aprovada a proposta após breve discussão, o professor

¹¹ Diretor da Faculdade de Educação da Unicamp (1980-1984)

¹² O fato de ele ter falecido em acidente de automóvel pode ser vista como uma trágica ironia do destino, pois, segundo depoimento de pessoas que com ele conviveram, o professor teria medo de viajar de avião.

¹³ Os dados utilizados para essa parte do artigo foram coletados por alunos do Colégio de Aplicação durante atividades desenvolvidas em comemoração ao cinquentenário da instituição. A reunião e organização de todo esse material coube à pedagoga Sonia Aparecida do Nascimento, a quem agradecemos imensamente.

Ladislau Kula lembrou a necessidade de se criar também um Ginásio de Aplicação para atender aos alunos do curso de Didática. Ao final da reunião, a criação do Ginásio anexo à Faculdade foi igualmente aprovada.

Inicialmente, o Ginásio de Aplicação atendia tão somente alunas e funcionava em dois períodos. Pela manhã, aulas normais dos conteúdos propostos; à tarde havia uma espécie de complementação curricular com estudos dirigidos orientados por estagiários, com duração de 3 horas. Outra prática, que hoje nos parece estranha, é o fato de o primeiro diretor, o professor José Aloísio Aragão, ter o costume de palestrar durante meia hora, diariamente, às alunas do Ginásio.

Até 1965, as atividades eram realizadas nas dependências do Colégio Hugo Simas¹⁴; que também abrigava a Faculdade de Ciências Filosofia e Letras. Transferindo-se, depois, o colégio para os andares superiores do edifício onde funciona até hoje.

Na década de 60, o Colégio possuía uma estrutura que contemplava a existência de clubes de estudo formados pelas alunas. A lista desses clubes é reveladora da época, quando a rápida modernização do país obrigava a adoção de novos valores e comportamentos - frutos da revolução cultural – mas, ainda se convivia com valores tradicionais. Eis a lista: Clube de Jornal Escolar, Clube de Cinema, Clube de Esportes, Clube de Estudos Regionais, Clube de Teatro, Clube de Música, Clube de Pesquisas Sociais, Clube de Politização e Clube de Dona de Casa.

Outro fato que demonstra a diferença da mentalidade daquela época em relação à dos nossos dias, era o trabalho das alunas. Por diversas promoções mantinham-se os clubes funcionando. Prática que desenvolvia a iniciativa e criava um sentimento de compromisso com a escola, mas que hoje seria vista como exploração do trabalho dos alunos pela direção de qualquer escola.

Em 1964, o professor José Aloísio Aragão partiu para Brasília onde, como já dissemos, ajudou a criar o Centro Integrado de Ensino Médio da Universidade de Brasília. A professora Euza Maria de Rezende Bonamigo foi convidada a assumir a disciplina de Didática Geral e automaticamente passou a ser diretora do Colégio de Aplicação, conforme as normas da época. A professora Euza, porém, logo deixou o cargo para o professor Manoel Barros de Azevedo, que esteve à frente do Aplicação de 1964 a 1966. Além de diretor do Colégio de Aplicação, o professor Manoel Barros exerceu importantes cargos públicos: secretário da educação de Londrina no governo de Dalton Paranaguá (1969-1972), vice-

¹⁴ O Colégio Hugo Simas foi fundado em 1937 e recebeu em suas dependências as primeiras turmas de ensino superior de Londrina. Funciona na mesma quadra do Colégio de Aplicação.

prefeito de José Richa (1973-1977) e novamente vice-prefeito e secretário da educação no governo de Wilson Moreira (1983-1988).

Após a saída de Manoel Barros, assumiu o cargo João Olivir Gabardo, seguido pela professora Maria Tereza Martins As Ivadeu Popoff. A professora, inclusive foi aluna do professor José Aloísio e conta um pouco sobre ele:

Professor José Aloísio Aragão deu aula, uma época, para nós de Literatura Brasileira, acho que eu tava no terceiro ano de faculdade, mas ele era o tipo de professor, nossa turma era grande, tinha uns quarenta alunos na sala, ele pegava as provas, que era totalmente diferente do que hoje NE, uma que não tinha e-mail, não tinha computador, não tinha nada disso naquela época. [...] Ele dava umas aulas muito boas, e as provas a gente começava, as provas eram dissertativas, muitas vezes provas de consulta, a gente começava a fazer a prova sete da noite e ficava até meia noite, uma hora da manhã. [...] Ele era uma criatura assim, sempre de bom humor, sempre de bem com a vida, ele podia tava com N problemas, mas estava sempre do mesmo jeito, sempre sorrindo de bom humor, sempre disponível [...] (POPOFF, 2010)

A professora Maria Tereza assumiu o cargo, apesar da pouca idade – tinha apenas 26 anos –, mas ficou durante um curto período. Logo o cargo passou a ser ocupado pelo professor de Matemática João Mórmul. Até 1969, quando foi sucedido pelo professor de geografia Tarcísio Martins. Foi durante a gestão de João Mórmul que o Colégio de Aplicação passou a contar com uma fanfarra que, hoje, já não existe mais.

O professor Tarcísio, depois de 7 anos na direção do Colégio, passou o cargo para a professora de História e Pedagoga Maria Aparecida Sambatte Pialarice, que exerceu o cargo de 1976 a 1982. Nesse intervalo de tempo, em 1978, o Colégio de Aplicação recebeu o nome de “Colégio Estadual Professor José Aloísio Aragão – Ensino Regular de 1º Grau e de 2º Grau Regular e Supletivo”

Localizamos um calendário de 1977, onde podemos ver uma rotina anual da escola. Nesse ano, as atividades dos professores iniciaram-se dia 24 de fevereiro, com o trabalho de planejamento. Os alunos voltaram às aulas somente dia 28 de fevereiro. O calendário ainda reservou a última semana de março para outra etapa de planejamento. Os alunos tiveram aulas até o dia 28 de junho e os Conselhos de Classe ocorreram dias 29 e 30 do mesmo mês. Então vieram as longas férias de inverno. As aulas retornaram somente dia 25 de julho, o que significou 26 dias de férias aos alunos. O segundo semestre acabou em 16 de novembro para os bons alunos, que somente retornaram à escola após as férias de verão, em fevereiro do ano seguinte, ou seja, tiveram praticamente 3 meses de férias de verão. A média para aprovação, naquele tempo, era 7,0 (sete) e os alunos que não alcançaram as notas necessárias

permaneceram mais tempo na escola. Era a chamada recuperação terapêutica, origem da expressão ainda comum entre os alunos “ficar de recuperação” – situação que já não existe. “Ficar de recuperação” era ficar mais tempo na escola do que os colegas com melhores notas. No ano de 1977, a recuperação ocorreu entre os dias 17 de novembro e 9 de dezembro. O Conselho de Classe final aconteceu dia 10 de dezembro. A formatura dos concluintes desse ano ocorreu, como atualmente, no Teatro Ouro Verde, dia 23 de dezembro.

Em 1979, foram inauguradas as instalações do colégio no Campus Universitário, onde ainda funcionam os anos iniciais do ensino fundamental. Por essa época havia, também, os cursos de Técnico em Prótese e Técnico em Patologia Clínica.

A professora de História Conceição Aparecida Duarte Geraldo dirigiu o Colégio de Aplicação por três anos, de 1983 a 1986. A professora Conceição foi seguida por Maria Helena Silva de Oliveira e Carvalho, graduada em Ciências Sociais e doutora em Educação, que esteve à frente do Colégio entre os anos 1986 e 1994. Foi durante sua gestão que começou a prática da participação de alunos durante a realização dos Conselhos de Classe, como ocorre atualmente. O pedagogo Orestes Garla, formado no atribulado ano de 1968, foi diretor entre os anos 1995 e 2001. O também pedagogo Edmilson Lenardão foi o gestor do Colégio de 2002 a 2006, quando foi sucedido pelo professor João Batista Martins, que esteve no cargo até início de 2010. O professor de Matemática e Física, João Batista começou sua carreira como estagiário no Colégio de Aplicação em 1978, tendo sido também professor do Colégio. Durante sua gestão foi criado o curso de Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa. Tendo trabalhado como vice-diretora durante a gestão do professor João Batista, a professora Eliane Fátima Guimarães de Oliveira assumiu a direção em 2010, tendo permanecido no cargo até a escolha, pela reitora recém-eleita, da nova diretora do Colégio, a professora Adriana Regina de Jesus.

Desafios do presente

Hoje, o Colégio de Aplicação tem se destacado em diversas avaliações externas e pelo bom desempenho dos seus alunos nos exames de ingresso no ensino superior. Isto pode ser sentido também pelo grande número de pessoas que desejam matricular seus filhos nessa instituição. A excelente imagem que o colégio mantém diante do público externo, contudo, não garantiu espaço dentro da própria universidade. Para Pierre Bourdieu (1997), podemos compreender a sociedade como constituída de campos, ou melhor, universos relativamente autônomos nos quais se desenrolam conflitos entre agentes sociais em busca de poder. O

tamanho do espaço simbólico que cada grupo ocupa dentro de um determinado campo é determinado pelo capital simbólico acumulado. Assim, entende-se que a situação precária do colégio dentro da universidade é resultado das lutas pelo poder entre os diversos grupos no interior da UEL.

O Colégio, que é um órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina desde 1973, está vinculado ao departamento de Pedagogia. O que resulta na indicação dos seus diretores pelo reitor ou reitora da universidade. Ao mesmo tempo, no entanto, mantém convênio com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) que cede os docentes e parte dos demais funcionários que trabalham no colégio. Atualmente, o Colégio de Aplicação tem servido como campo de estágio para apenas alguns cursos de licenciatura e poucas pesquisas discentes e docentes da universidade. O fato dos professores do colégio serem da SEED desestimula a pesquisa ou a experimentação por iniciativa desses profissionais, uma vez que não há política pública de valorização da pesquisa realizada por professores da educação básica.

O colégio apresenta problemas crônicos em sua estrutura física. O edifício onde funciona o colégio abrigava alguns cursos superiores da universidade antes da construção do atual campus universitário. Situado no centro da cidade, foi pensado para uma época em que a inclusão não era uma questão, década de 70. Inicialmente, o colégio ainda contava com amplo espaço aberto, mas que foi sendo ocupado ao longo do tempo por outros órgãos da universidade. Como já foi comentado, a certa altura da história do colégio, até mesmo uma casa, situada na esquina das ruas Piauí e Hugo Cabral, foi utilizada pela escola. Durante um período, esse local foi ocupado pelo DCE e, recentemente, retomado pela universidade, durante um polêmico processo. Apesar disso, a casa que poderia ser aproveitada pelo colégio permanece vazia e sem utilidade até hoje.

O acesso ao prédio principal é por meio de escadas, não existindo rampas ou elevadores de acesso. Também não há sanitários apropriados aos portadores de necessidades especiais. As salas de aula do prédio principal têm um espaço satisfatório, mas as salas pré-fabricadas – feitas para serem provisórias, décadas atrás – são pequenas e desconfortáveis: muito quentes e abafadas nos dias de verão. Apenas em 2010 o piso de madeira foi trocado por cerâmica. E não faz muito tempo que a quadra de esportes foi coberta. É importante notar, também, que alguns móveis ainda utilizados na escola são bastante antigos. Algumas cadeiras utilizadas pelos professores foram fabricadas pela Móveis Cimo¹⁵, o que significa que elas

¹⁵ A empresa Móveis Cimo foi criada em 1912 pelos irmãos Zipperer. Os produtos da empresa dominaram o

têm mais de 30 anos, já que a empresa faliu em 1982.

Se fisicamente a escola não difere muito das demais escolas públicas do país, em termos de desempenho acadêmico os alunos têm alcançado bons resultados. Observa-se que os resultados obtidos pelos alunos do Colégio de Aplicação no ENEM e na Prova Brasil têm sido bastante satisfatórios se comparados aos demais estabelecimentos públicos e particulares da cidade de Londrina.

Em termos de composição social, a maioria dos alunos do colégio pertence às classes B1 e B2 (70,1%)¹⁶ e moram em diversas regiões da cidade. Ao contrário do que ocorria até certa época, o Colégio de Aplicação não realiza mais o chamado “vestibulinho”. Prática que, para os críticos de qualquer experiência de sucesso, elitizava o Colégio. O enquadramento do colégio no questionável sistema de georreferenciamento¹⁷ é mais uma das consequências da sua “dupla cidadania”.

Os desafios atuais do Colégio de Aplicação passam pela reconquista de seu espaço no campo da universidade. Isso somente poderá ser realizado pela instalação da real autonomia pedagógica e administrativa do colégio. Para que a instituição possa cumprir seu papel de lugar de experimentação pedagógica e de descoberta de soluções em educação, é necessário que ele se desvincule das amarras do sistema estadual de educação.

Considerações finais

Cabe nessa última parte refletir sobre o futuro do Colégio de Aplicação, também chamado Prof. José Aloísio Aragão. O futuro do Colégio de Aplicação está intimamente dependente do entendimento que se tenha sobre a educação. Somente pela superação da visão estreita de que toda experiência bem sucedida em educação é necessariamente elitista, é que se pode imaginar um lugar para uma escola como o Colégio de Aplicação.

O colégio deverá tornar-se uma instituição onde se pratique educação de melhor

mercado brasileiro de móveis comerciais e institucionais durante muitos anos, tendo sido a maior produtora de cadeiras para cinema do Brasil. Na história da escola no Brasil, a Móveis Cimo, teve participação garantida graças às carteiras que, durante muito tempo, eram o padrão das escolas brasileiras. (SANTI, Angélica. <http://www.mcb.sp.gov.br/mcbItem.asp?sMenu=P005&sTipo=4&sItem=303&sOrdem=2>)

¹⁶ Segundo pesquisa realizada utilizando como modelo “Critério de Classificação Econômica Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa”.

¹⁷ O sistema de georreferenciamento, sob a justificativa de democratizar o acesso à escola pública, acaba por obrigar as famílias a matriculem seus filhos em escolas que não desejam. E como toda imposição do Estado aos cidadãos, o sistema gera todo tipo de distorção. Sistema distribui os alunos de acordo com o número do poste de energia elétrica mais próximo de sua residência. Mas já ocorreram casos, por exemplo, de irmãos moradores da mesma casa serem encaminhados para escolas diferentes.

qualidade, cujas características possam ser estendidas às demais escolas da comunidade. Então, trata-se de garantir mais que uma educação para todos, deve-se proporcionar uma boa educação para todos (BRASIL, 1993). Para que isso ocorra é preciso que se estruture o colégio com maior autonomia didática, administrativa e orçamentária, como já se afirmou. Libertando, assim, a instituição das limitações impostas pelo sistema estadual de educação. Feito isso, há a necessária melhoria dos caminhos da comunicação entre o restante da universidade, o colégio e a comunidade, ou seja, uma maior autonomia somente tem sentido se houver maior contribuição do colégio à comunidade escolar.

O Colégio de Aplicação deve ser considerado uma escola-laboratório, um local de experimentação e pesquisa. Essa face essencial do Colégio deve, contudo, ter dois cuidados: não transformar os alunos e professores em simples cobaias e superar a ideia de que ele serve apenas para o estágio supervisionado dos cursos de licenciatura. Para evitar a primeira armadilha, a pesquisa deve envolver todos de tal maneira que os participantes sintam-se autores do estudo e, ao mesmo tempo, tenham a oportunidade de utilizar os resultados obtidos. Para se evitar o segundo problema, será necessária uma maior inserção do colégio no cotidiano da Universidade, pois seria

“muito bom que a relação do professor com a pesquisa não se restringisse apenas ao papel de fornecer dados que vão contribuir para o trabalho de outros investigadores, mas fosse acrescida da investigação crítica relativa aos problemas da própria prática profissional. (LÜDKE; CRUZ, 2005, p. 91)

Portanto, é incompreensível que o Colégio de Aplicação deixe de contar com a atuação de profissionais de todas as licenciaturas e de alguns bacharelados. Mais do que isto, é impensável que os seus alunos não tenham acesso aos laboratórios e demais instrumentos da universidade. É de estranhar que seus alunos e professores não tenham o apoio dos mais diversos setores da universidade. Igualmente não se vê a divulgação dos próprios cursos da universidade no Colégio.

Para resolver tais questões e para encerrar essa reflexão, parafraseio parte do texto “Repensando as escolas de aplicação”, publicado pelo Ministério da Educação em 1993 e que absolutamente não passou do papel.

É de grande importância que seja real a inserção do Colégio de Aplicação na estrutura da universidade, possibilitando uma relação efetiva com todos os departamentos. Tal situação contribuiria para a melhora na qualidade dos estágios dos cursos de licenciatura e para a capacitação continuada dos profissionais da educação que atuam no colégio. Além disso, o

desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão devem ter como objetivo a melhoria do ensino, do trabalho do professor e a introdução de inovações tecnológicas (BRASIL, 1993). Como consequência, deve-se desenvolver a interação entre o Colégio de Aplicação da UEL com outras instituições semelhantes para a divulgação de trabalhos e troca de experiências.

THE SCHOOL OF APPLICATION OF THE STATE UNIVERSITY OF LONDRINA, ALSO NAMED PROF. JOSÉ ALOÍSIO ARAGÃO

Abstract

This text has as objective to mark a brief history of the Colégio de Aplicação (Capl) of the State University of Londrina (in Portuguese UEL) that, in cause of its legal constitution, is also named Prof. José Aloísio Aragão School. The report highlights the importance of the initiative from this teacher that, in the 60's, was the idealizer of this institution. The creation of the UEL's Capl, as its equals, has been bound to the educations reviews that took place in the 40's and represented the ideals of the New School. As of today, this school has been trying to redefine its identity, compromised by the gradual diminution of their symbolic capital.

Keywords: School of Application, José Aloísio Aragão, State University of Londrina.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1997

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de Abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>>.

BRASIL. *Repensando as escolas de aplicação*. Brasília: MEC, 1993.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: *Caderno de Pesquisa*, n. 64, fev. 1988. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n64/n64a01.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (com)formação das identidades profissionais. In: *VI Seminário Redestrado*, UERJ, Rio de Janeiro, 6 a 7 de nov. de 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CHAVES, Eduardo O. C. *Minha Gestão na Direção da Faculdade de Educação da*

UNICAMP (1980 a 1984): Considerações Pessoais. Disponível em:
<<http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/ACADEM/fe.htm>>.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 18 jan, 1972, p. 10 [Disponível no CDPH/UEL].

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. *Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil*. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134_rita_de_cassia_p.pdf>.

GONÇALVES, Paulo de Tarso. *O Modernismo e a modernidade em Londrina nos anos 50*. Disponível em: <<http://prezadomariodeandrade.com.br/modernismoanos50.pdf>>.

GORDO, Nívea. *História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar*. 2010. 197f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11112010-110318/pt-br.php>>.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Imprensa e Ensino na Ditadura*. In: Antonio Celso Ferreira, Holien Gonçalves Bezerra e Tânia de Luca. (orgs.) No prelo. Disponível em:
<<http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/imprensaEnsinoDitadura.pdf>>

KIMPARA, Minoru Martins. *Colégio de aplicação e a prática de ensino*. 1997. 187 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115856&fd=y>>.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. In: *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=64806&type=P>>.

LUCIANO JÚNIOR, Ademir Soares; DALLABRIDA, Norberto. Contracultura escolar no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973). In: *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 189-203, jan./jun. 2011. Disponível em:
<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/2286/1731>>.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/grupo_01.pdf>.

MAFRA, Patrícia Henriques. *Uma Escola contra a ditadura: a participação política do CAP-UF RJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057283.pdf>>.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Reforma da Escola Nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck;

VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Campinas/Uberlândia: Autores Associados/Edufu, 2011.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. In: Revista *O Espaço geográfico em análise*, UFPR, v.8, 2004. Disponível em:
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3381/2710>>.

PONTES, Maria Gilvanise de Oliveira; MARTINS, Eugeniano Brito. *A Didática da matemática em Luiz Alberto dos Santos Brasil - sob a influência de Jean Piaget*. 2008. Disponível em: <<http://www.ded.ufrpe.br/sipemat/CD-ROM%202%20SIPEMAT/artigos/CO-59.pdf>>.

POPOFF, Maria Teresa Salvadeu. 4 out. 2010. Entrevista concedida às alunas Ana Beatriz, Eloisa, Yasmim e Brenda. [trabalho desenvolvido como parte das comemorações do cinquentenário do Colégio de Aplicação]

SADALLA FILHO, Michel. *O Projeto da Unicamp para os seus Colégios Técnicos: uma abordagem pela institucionalização do COTUCA*. 2010. 432 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/anuario/2010/FE/FE-dissertacoesmestrado.html>>.

SANTI, Angélica. Disponível em:
<<http://www.mcb.sp.gov.br/mcbItem.asp?sMenu=P005&sTipo=4&sItem=303&sOrdem=2>>.

UM POUCO da nossa história. In: *Aplicampus*, n.1, jun., 1996, Londrina.

VASCONCELOS, Mário Sérgio. *A Difusão das ideias de Piaget no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

Recebido em: outubro de 2011

Aprovado em: abril de 2012